

TEORIA E METODOLOGIA EM DEBATE: MANEIRAS DE “VER” E “FAZER” HISTÓRIA

Theory and methodology in debate: ways of “see” and “make” history

Eduardo de Melo Salgueiro*

BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História, Vol. I*. Princípios e conceitos. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. 319 p.

Começamos esta resenha nos remetendo a algumas questões feitas por José Carlos Reis em um instigante e provocante artigo. Diz o autor: “Pode um historiador ser considerado culto e competente sem nenhuma preparação teórico-metodológica?”, ou então: “Pode um professor, mesmo do ensino fundamental e médio, ensinar história sem nenhuma bagagem teórico-metodológica?”.¹ Reis está entre os historiadores mais dedicados a abordar as questões teórico-metodológicas da disciplina da História no Brasil e, a seu lado, outro proeminente historiador, José D’Assunção Barros, igualmente tem feito sua parte. Este último, escritor de tantos artigos e livros, vem igualmente despertando a atenção do público leitor especializado em História, com uma trajetória consagrada ao estudo de Teoria, Metodologia e Historiografia, propondo que debatamos e discutamos tais esferas do nosso ofício desde o início da graduação nas diversas licenciaturas em História espalhadas pelo país.

Barros, tal como José C. Reis, avalia que é essencial para qualquer profissional da História ter denso conhecimento teórico sobre sua área de atuação. Conforme ressalta o autor,

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados – Cidade Universitária – Rodovia Dourados-Itahum, km 12 – CEP 79.804-970 – Dourados, MS. Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: eduardomsalgueiro@gmail.com

1 REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 6, dezembro de 2011. p. 5.

A Teoria da História constitui um campo de estudos fundamental para a formação do historiador. *Não é possível* desenvolver uma adequada consciência historiográfica, nos atuais quadros de expectativas relacionadas ao nosso ofício, sem saber se utilizar de conceitos e hipóteses, sem compreender as relações da História com o Tempo, com a Memória ou com o Espaço, ou sem conhecer as grandes correntes e paradigmas teóricos disponibilizados aos historiadores da própria história da historiografia.²

Não por acaso o livro aqui resenhado, *Teoria da História, Vol. I. Princípios e conceitos*, foi lançado originalmente em 2011 e, já no ano de 2013, encontra-se em mais uma edição, a terceira. Tal obra faz parte de um ambicioso projeto, que contará com seis volumes, cinco dos quais já foram publicados. No primeiro volume de sua coleção, o autor pretende situar seus leitores sobre questões, dentre outras, pertinentes ao “Campo disciplinar”, “Teoria”, “Metodologia”, “Escola histórica”, “Paradigmas historiográficos”. Sua preocupação em ser didático é uma de suas características, isto é, fazer da “Teoria da História” um tema que possa ser atrativo e, ao mesmo tempo, indispensável para o estudante de graduação.

No capítulo inicial, de suma importância para toda a coleção, Barros pretenderá mostrar essencialmente o que são Teoria e Metodologia, quais as suas diferenças e em que momento elas se aproximam e mantêm o que ele chama de “confronto interativo”. Segundo o autor, tal cuidado é pertinente e necessário, pois “não são raras, por exemplo, as confusões entre ‘Teoria’ e ‘Método’ e, mais particularmente, entre Teoria da História e Metodologia da História”.³

Outra preocupação louvável do autor foi apresentar para o seu leitor o que vem a ser uma “disciplina”, ou um “campo disciplinar”, pois uma vez que ele está a falar de História enquanto disciplina, é bastante produtiva sua preocupação em esmiuçar tal questão, demonstrando como todo “campo disciplinar”, seja da Química, Física, Astronomia, Geologia, Medicina, etc., possui uma história e se modifica com o tempo, conjuntamente com suas práticas e objetos. Neste sentido, Barros – apoiado em Bourdieu –,

2 BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História, Vol. I. Princípios e conceitos*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11. Os grifos são nossos.

3 BARROS, José D’Assunção. *Op. cit.*, 2013, p. 12.

entende que as regras de um campo disciplinar se transformam e podem ser redefinidas a partir de seus embates internos.

Assim, o autor é bastante instrutivo na sua tentativa de reflexão sobre quais elementos são necessários para que exista uma disciplina, ou um “campo disciplinar”. Desse modo, ele nos apresenta um quadro, com dez características, apresentadas da seguinte maneira. Toda a disciplina é constituída, antes de tudo, por: 1) “campo de interesses” (por exemplo, a História e o estudo daquilo que é humano e nas mudanças dos níveis no tempo e no espaço que ocorrem na história); 2) “singularidades” (isto é, conjunto de parâmetros definidores que justificam sua existência. No caso da História, a consideração do tempo, o uso de fontes, etc.); 3) “campos intradisciplinares” (os desdobramentos dentro da própria disciplina em “microdisciplinas”, tais como “História Cultural”, “Micro-história”, “História Política”, etc.); 4) “aspectos expressivos”; 5) “aspectos metodológicos”; 6) “aspectos teóricos” (estes três tópicos se referem ao fato de que nenhuma disciplina se desenvolve sem que sejam construídas certas práticas discursivas, metodologias e teorias); 7) “oposições e diálogos interdisciplinares” (ainda que tenha sua *singularidade*, todo campo de saber está inserido em uma constante luta disciplinar, desde o seu surgimento, e o diálogo entre várias disciplinas é inevitável); 8) “interditos” (aquilo que se coloca como “proibido” ou “interditado” para os praticantes de uma determinada disciplina, mas que pode se alterar com o tempo); 9) “rede humana” (trata-se do próprio ato de fazer, isto é, os próprios indivíduos de um determinado campo o modificam, com maior ou menor grau de impacto, no exercício de seu ofício); 10) “olhar sobre si” (seria a reflexão sobre o campo; no caso da História, isso se dá por meio de disciplinas como a Historiografia, que é uma tentativa de compreender e analisar historicamente o desenvolvimento dos trabalhos históricos).⁴

Serão mais de vinte páginas dedicadas a explicar os aspectos inerentes a um “campo disciplinar” e que são bastante úteis para a compreensão de todo o texto, pois situa o leitor a compreender melhor o funcionamento das disciplinas como um todo e, especialmente, a História. Após esse tópico, José D’Assunção Barros debruça-se na tarefa de deixar claro o que são “Teoria” e “Metodologia”, suas aproximações e peculiaridades. Segundo

4 *Ibidem*, p. 19-40.

o autor, a teoria seria um “modo de ver” e a metodologia, um “modo de fazer”. Nas suas palavras,

A “teoria” remete [...] a uma *maneira específica de ver* o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados [...] Por outro lado, a Teoria remete ainda aos *conceitos* e categorias que serão empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade [...]

Já a “Metodologia” remete sempre a uma determinada *maneira de trabalhar* algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais [...] A metodologia vincula-se a ações concretas [...] mais do que o pensamento, remete à ação e à prática.⁵

No entanto, conforme já foi mencionado, o autor enfatiza que há um “confronto interativo” entre ambas, nos mostrando como isso se dá, pois, como informa, é frequente que uma decisão teórica possa encaminhar um tipo de escolha metodológica ou vice-versa. Desse modo, teoria e metodologia são, nas suas palavras, “irmãs siamesas” e que “vivem” inseparáveis na prática da pesquisa científica e, evidentemente, da operação historiográfica.

No capítulo seguinte, intitulado “Teoria da História e Filosofia da História”, dividido em três subcapítulos, Barros mostra o encontro entre a historiografia e a ciência a partir da Teoria, e o papel desta última na formação do historiador, “ontem e hoje”, além de explicar as diferenças entre teoria e filosofia da História. O autor faz um percurso acerca da teorização da História enquanto conhecimento científico, nos mostrando que, se antes do século XVIII havia uma Historiografia, entretanto, não se pode falar que existia uma “Teoria da História”. Para ele, tanto as filosofias da História quanto as teorias da História são enunciadas em uma nova era historiográfica que data da passagem do século XVIII para o XIX e que existiram entre ambas complicitades e diferenças.

Segundo Barros, uma “Teoria da História, ou um paradigma historiográfico, corresponderá a uma certa visão histórica do mundo, ou mesmo a uma determinada visão sobre o que vem a ser História”.⁶ Além disso,

5 *Ibidem*, p. 65-67. Os grifos são nossos.

6 *Ibidem*, p. 87.

faz uma observação bastante importante nos mostrando que, dependendo de sua filiação teórica, o historiador poderá “ver” o mundo e “pensar” a historiografia de um modo ou de outro, o que não anula, evidentemente, que o mesmo transite por diversas correntes teóricas, isto é, em termos de Teoria, *cada historiador está condenado a ser livre*.⁷

Para finalizar, Barros apresenta efetivamente as diferenças entre as teorias da história e as filosofias da história. Para ele, as primeiras preocupam-se com a escrita e o ofício da História-disciplina, enquanto as segundas procuram decifrar o sentido da História-processo. Em termos bastante didáticos, dirá o autor que as “filosofias da história” “podem ser entendidas como um gênero filosófico que produz uma reflexão ou especulação sobre a história”,⁸ ou, em outras palavras, sobre seu fim. O autor, no entanto, pondera que ainda que as especulações sejam bem mais limitadas nas teorias, elas existem num “certo nível”. Basta ver os casos do Positivismo de Comte, que pensava em um “fim da história” com a “sociedade positiva”, ou então o Marxismo e sua “sociedade sem classes”.

Assim, será a partir do século XIX, com o afastamento das filosofias da história e a partir da formação da comunidade científica dos historiadores e sua institucionalização, que esse profissional passará a teorizar e pensar incessantemente no seu ofício. Isso significa dizer que, com a Teoria da História, o “campo disciplinar” História passou a “olhar sobre si”. Desde então, a “Teoria da História estabeleceu-se como um horizonte obrigatório para todo historiador que aprende e desenvolve seu ofício”.⁹

O terceiro e último capítulo é mais extenso e aborda várias questões que são divididas em cinco subcapítulos. Primeiramente, o autor divide a Teoria da História em três direções: a primeira seria aquela mais geral, ou seja, o “campo de estudos que examina todos os aspectos teóricos envolvidos na produção do conhecimento histórico”; a segunda, *Teoria da História II*, mais voltada às “grandes correntes de concepção da História no interior de cada paradigma (ex: variações do Positivismo [...] do Materialismo Histórico), ou mesmo ‘entre’ os paradigmas e até independente deles”; e a terceira, *Teoria da História III*, tem ligação com os problemas mais particulares, ou seja, “sistemas coerentes para a compreensão de processos históricos

7 *Ibidem*, p. 91-92. Os grifos são nossos.

8 *Ibidem*, p. 117.

9 *Ibidem*, p. 147.

específicos (a Revolução Francesa, o Nazismo, etc.) desenvolvidos por um ou mais historiadores”.¹⁰

Além dessas três, o autor nos mostra alguns outros importantes conceitos, tais como *Matriz disciplinar*, “conjunto de preceitos e atributos da História (forma de conhecimento) que é aceito pela ampla maioria dos historiadores”; *Paradigma historiográfico*, isto é, “grandes linhas dentro da historiografia [...] que apresentam uma forma específica de conceber e lidar com a História”, como por exemplo, o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico; *Escola histórica*, “grandes conjuntos coerentes de historiadores, unidos por um programa de ação em comum”; e *Campo histórico*, que se divide em dois, pois seria tanto “modalidades no interior da História, que estabelecem conexão umas com as outras” como “subespecializações da História”.¹¹

Barros insiste na ideia de que o historiador, desde a sua graduação, deve ter consciência de que não existe apenas um paradigma historiográfico “verdadeiro”. Por esta razão, pode exercer a liberdade para transitar em vários deles, ou, pelo menos, respeitá-los e aceitá-los como plausíveis dentro do grande campo disciplinar que é a História, para não cair naquilo que José Carlos Reis chama de “pirronismo histórico”.¹²

Nesse sentido, o texto de José D’Assunção Barros tem diversas qualidades, desde sua notória erudição quanto sua disposição em auxiliar (jovens) pesquisadores, pois nessa obra a principal característica ali encontrada reside nas suas cirúrgicas explicações dadas ao pesquisador da Ciência da História. Com uma boa quantidade de exemplos, diversos quadros explicativos e uma narrativa bastante suave, acreditamos que o autor foi bem-sucedido em seu objetivo, uma vez que tal obra merece atenção dos professores de Teoria da História da graduação. No entanto, não se trata de ser apenas uma obra de apresentação da Teoria da História, trata-se de uma demonstração de que não é possível escrever uma história problematizada sem que haja um exercício teórico-metodológico na orientação das nossas pesquisas e do nosso ensino de História.

Recebido em setembro de 2013.

Aprovado em março de 2014.

10 *Ibidem*, p. 163.

11 *Idem*.

12 REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.